



INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NAS ESCOLAS

Ronara Silva Martins
Humberto Vinício Altino Filho
Pedagogia 8º Período Educação Especial

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir conceitos relevantes para a inclusão de alunos especiais nas escolas, tais como, estratégias que os educadores usam para a inclusão, capacitação desses educadores para atuarem com a inclusão, leis e documentos que favorecem a inclusão e infraestrutura das unidades escolares para receber os alunos com necessidades especiais. Para abordar essa temática, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico. Observou-se que as estratégias e atividades mais evidentes foram as atividades lúdicas incluindo jogos, cooperativismo e trabalho em dupla, debates, material adaptado para as necessidades do aluno, união entre os diferentes tipos de profissionais do ambiente escolar e os familiares, formação adequada dos educadores para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais e a avaliação dos alunos. Nota-se que há escolas que carecem de infraestrutura para melhor atender os alunos com necessidades educacionais especiais e que os educadores que atuam com a inclusão devem buscar formação específica uma vez que existem Leis que amparam esses alunos requerendo a eles, uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão. Especiais. Estratégias.

1. INTRODUÇÃO

Grande número de alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se hoje fora da escola. Para que haja inclusão deve-se utilizar métodos para que esses alunos possam ir ou retornar para as escolas.

Na metade do século passado, já era possível notar o crescimento e evolução do reconhecimento das pessoas com deficiência e que tais pessoas necessitavam de um tratamento específico, para que pudessem desenvolver suas habilidades físicas e cognitivas. O assunto de inclusão social teve mais ênfase a partir dos anos 1980 e 1990, a declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

Com a chegada recente das pessoas com deficiências nas escolas e outros lugares públicos, há um impacto na sociedade que a recebe, como os alunos sem necessidades educacionais especiais, educadores, gestores e toda equipe principalmente da comunidade escolar.

É de suma importância que as entidades governamentais responsáveis planejem e liberem recursos para a construção e reforma de estrutura adequada para receber alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que algumas escolas nacionais precisam de melhorias na infraestrutura para receber essa demanda de alunos.

Historicamente, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade por serem diferentes ou não se adaptarem às atividades comuns de sua época, assim as outras pessoas agiam com preconceito e discriminação quando se tratava de incluir ou lidar com pessoas com deficiência.

Percebe-se então que há um desafio se tratando da socialização de crianças com necessidades educacionais especiais, principalmente, seja pela estrutura física ou a discriminação que ainda é uma realidade.

Está previsto em lei que as escolas públicas atendam os alunos com necessidades educacionais especiais de acordo com suas particularidades e as escolas devem ser adaptas a oferecer uma educação de qualidade a esse público.

Dentre as várias situações e desafios que existem para a inclusão, esse trabalho tem por objetivo, através de revisão bibliográfica e pesquisa documental, analisar dados sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais mostrando diferentes tipos de métodos que promovem a inclusão, os efeitos desses métodos, a condição que estão as escolas para receberem os alunos com necessidades educacionais especiais e a aceitação quanto aos professores e outros alunos sobre a inclusão, investigando as situações que os professores passam para receber e atender essa nova demanda de alunos e como a ajuda de outros profissionais da escola como pedagogos, professores de apoio e cuidadores escolares se fazem necessárias na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1 As Pessoas com Deficiência: breve histórico

Autores como Greguol (2010) e Bernardi (2004), retratam que, ao longo da história da humanidade, as crianças com deficiências eram excluídas da sociedade e eram tratadas com preconceito e discriminação.

Segundo Brandenburg e Lukmeier (2013), as informações mais antigas sobre pessoas com deficiência que se tem conhecimento aconteceram na idade média e nesse período, ocorreram muitas matanças, horrores e perseguições com pessoas que nasciam com alguma deficiência. As autoras falam ainda sobre os gregos antigos cultivarem seus físicos e darem muito valor aos corpos perfeitos, saudáveis e fortes. As autoras falam que cada povo ou tribo desenvolveu seus próprios tratamento de males, seja por experiência acumulada e/ou observações próprias.

Já na cultura grega, a qual era conhecida como uma cultura de deuses, também havia vestígios de que existiam deficiências, inclusive os próprios deuses da Fortuna, do Amor e da Justiça são representados como pessoas cegas (BRANDENBURG e LUKMEIER, 2013, p.177).

Historicamente, as pessoas consideradas diferentes foram tratadas com preconceito e discriminação. “Na Europa medieval, ora eram considerados enviados do divino, ora como obras do demônio. Já no final da Idade Média os deficientes foram livrados do assassinato, mas se tornaram culpados pela própria deficiência” (TESSARO *et al*, 2005, p.105).

De acordo com Brandenburg e Lukmeier (2013), no século XV, as pessoas consideradas loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas pelos espíritos malignos.

Tessaro *et al* (2005) comentam que no período entre o final do século XVIII teve início uma defesa pelo direito à educação do desprezados e excluídos pela família e sociedade.

“A partir do século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social e fechados em celas e calabouços, asilos e hospitais” (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.175)

No seu trabalho, Castro *et al* (2018), falam sobre como as pessoas com deficiências eram tratadas no decorrer da história da humanidade, que elas já foram vítimas de extermínio e de uma situação de total exclusão social, o autor faz uma citação explicando que apenas a partir do século XIX se iniciou o surgimento de instituições voltadas para a atenção a pessoas com algum tipo de deficiência.

Já nas últimas décadas do século XX, em função das modificações nas concepções envolvendo a deficiência e a educação especial, foi surgindo uma nova forma de entender a problemática dos deficientes na perspectiva pseudoeducativa. Assim, por volta das décadas de 80 e 90 do século passado, a educação inclusiva, em busca de um único sistema educacional para todas as pessoas, ganha repercussão (TESSARO *et al*, 2005, p.106).

Percebe-se que a concepção de que as pessoas com deficiências precisavam ser educadas e socializadas foi tardia na história da humanidade, sendo mais discutida a partir do final do século XVIII e tendo ainda maior ênfase a partir do século XX com as declarações, leis e diretrizes que reconheciam as necessidades especiais das pessoas e garantiam direitos para elas.

Um novo conceito de prática de inclusão social se desenvolveu com o passar dos anos. “O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil se deu no século XIX, por causa do interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional,

inspirados por experiências europeias e norte-americanas” (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.175).

A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais (MAZZOTA; D’ANTINO, 2011, p.378).

De acordo com Lopes (2014) a expansão da educação especial no Brasil, apesar de ter ocorrido durante todo o século XX, ficou mais intensa a partir década de 1950, reservando similitudes com a de outros países, e em particular com os Estados Unidos no que se refere a incorporação de pessoas com distúrbios e superdotados como parte do seu público alvo, embora no Brasil isso tenha ocorrido mais tarde.

“A preocupação com as pessoas portadoras de necessidades especiais aqui no Brasil ocorreu somente no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX” (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.182).

2.1.2 Documentos Norteadores no Movimento de Inclusão Social

Alguns dos documentos internacionais que ajudaram na inclusão social foram a Declaração universal dos direitos humanos (1948), a Declaração de Jomtiem (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala (1999).

Com o passar dos anos a pessoa com deficiência foi tendo lugar na sociedade. “Visando melhorias para as condições educacionais, documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) foram criados” (TESSARO *et al*, 2005, p.106).

Na década de 60, o conceito de integralização teve reflexo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 4.024/61) que apontava ao poder público o compromisso com a educação especial. Em 1971 o Ministério da Educação criou um órgão autônomo sob o tema do Art.9º da Lei n. 5.692/71, em que constava a previsão de tratamento especial aos excepcionais (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.182).

Pode-se notar que foi a partir da década de 60 que começam a surgir leis propõe a inclusão dos diferentes tipos de pessoas.

De acordo com Brandenburg e Lukmeier (2013) muitos movimentos nacionais e internacionais foram feitos, sempre buscando um acordo para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, porem o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais.

“Mais recente e com abrangência maior quanto às áreas focalizadas, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o respectivo Protocolo Facultativo, assinados pelo Brasil em 2007” (MAZZOTA; D’ANTINO, 2011, p.381). Os autores falam ainda que em 25 de agosto de 2009, pelo Decreto n. 6.949, o governo brasileiro promulgou tal Convenção.

Como se vê nos textos acima, no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 4.024/61) foi muito importante para que o reconhecimento das pessoas com necessidades educacionais especiais se tornasse possível.

Sobre as decisões políticas nacionais que ajudaram a reconhecer as necessidades educacionais especiais para as pessoas com deficiência no Brasil:

[...] destacam-se a Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal de Educação para Todos de 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2001, e a Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Importante registrar, ainda, os Decretos 3.298/99 e 5.296/04 que dispõem, respectivamente, sobre a política nacional de integração e sobre o estabelecimento de normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011, p.381).

Todas essas lei e diretrizes foram criadas além de outras coisas, para permitir que a pessoa com deficiência seja reconhecida como cidadã e possa gozar dos direitos que a eles são cabidos.

A constituição de 88 é um dos documentos mais importantes no Brasil e além de falar sobre a pessoa com necessidades especiais também de vários outros regimentos que não se limitam a educação mas abrange direitos e deveres, leis ambientais, leis de segurança pública entre outras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394 de 1996) é uma importante lei que regue os caminhos para a educação nacional e nela está previsto o direito aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais de terem um ensino de qualidade e que sejam incluídos na sociedade.

As escolas públicas devem estar aptas a receberem os alunos com necessidades educacionais especiais assim como previsto na Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 em seu Art. 4º, Inciso III alterado pela Lei nº 12769, de 2013 que estabelece, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Então vemos que há uma preferência prevista em lei para que esses alunos possam ficar na rede regular de ensino, favorecendo a socialização.

O decreto nº 7.611 de 2011 em seu Art. 1º dispões sobre o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial. O mesmo decreto em seu Art. 2º fala que: a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

“A resolução n. 02, de 11 de setembro de 2000, é caracterizada como sendo um dos documentos mais importantes na luta pela sustentação de uma educação inclusiva no Brasil” (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.184).

“Tais instrumentos legais destinam seções específicas para saúde, educação, cultura e lazer, dentre outras áreas sociais” (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011, p.381). O autor fala ainda que é possível afirmar que nos últimos anos houve um grande avanço referente ao Direito Educacional, particularmente relacionado a grupos reiteradamente

excluídos das oportunidades escolares, tais como os negros, os indígenas e as pessoas com deficiências.

2.1.3 Matrizes de Interpretação

De acordo com Freitas e Marques (2009) as concepções de deficiência em pessoas com necessidades especiais se diferem e podem ser melhoradas quando se tem contato direto com essas pessoas. Existem diversas matrizes de concepções de deficiências.

Em seu trabalho, Freitas e Marques (2007), apontam seis matrizes de interpretação sobre deficiência, a matriz da subsistência/sobrevivência; a matriz da sociedade ideal e função instrumental a pessoa; a matriz espiritual; a matriz da normalidade; a matriz da inclusão social e; a matriz técnica. Os autores falam em seu trabalho sobre cada uma dessas matrizes:

1. Matriz da subsistência/sobrevivência teve origem na Grécia Antiga e valorizando a beleza, vigor e capacidade física para dar as condições de subsistência e sobrevivência.
2. Matriz da sociedade ideal e a função instrumental da pessoa originou-se no período clássico (entre o século VI e IV a. c.) sendo idealizadas por grandes pensadores como Platão e Aristóteles. Nessa época a matriz de interpretação utilizada para compreender a deficiência é a perfeição e a função das pessoas em prol da cidade/estado, nesse sentido as pessoas com deficiência eram abandonadas, sendo uma atitude natural e adequada na época.
3. A matriz de interpretação da deficiência como fenômeno espiritual surgiu na Idade Média (Séc. IV ao Séc. XIV) com forte influência do cristianismo. A pessoa com deficiência era vista como possibilidade da manifestação de obra divina, que possibilitava que outras pessoas fizessem caridade.
4. Matriz da normalidade originou-se na idade moderna com a evolução dos processos mecânicos, avanço da medicina, ciência e tecnologia onde a pessoa com deficiência tanto intelectual quanto física passou a ser entendida e tratada suas deficiências adequando suas capacidades intelectuais e físicas.
5. A inclusão social com matriz de interpretação origina-se no século XX. A concepção é que a pessoa com deficiência deve ser incluída e é preciso modificar os espaços sociais para atender as necessidades para atender a todos.
6. A matriz técnica configura-se na atualidade e busca a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho fazendo a gestão da diversidade.

2.1.4 Exclusão, segregação, integração e inclusão

De acordo com Neto *et al* (2018), na incorporação dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular destacam-se quatro fases: “fase da exclusão”, “fase da segregação”, “fase da integração”, e “fase da inclusão total”.

Conforme Silva (2009), o caminho da exclusão à inclusão das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais está relacionado com as características econômicas, sociais e culturais de cada época. De acordo com a autora, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, porém na idade média teve início os atos de caridade para essas pessoas, esse e outros fatos como o início de instituições favoráveis às pessoas com deficiência, marcam a fase de

passagem de exclusão para a fase de segregação dessas pessoas. A autora afirma ainda que no século XX com o surgimento de documentos que beneficiavam as pessoas com deficiência e ajuda da sociedade passa-se da fase de segregação para a fase de integração dessas pessoas. Por fim a autora fala sobre a fase de integração e sua mudança para a fase de atual que é a inclusão, essa passagem marca-se pela “aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade” (Silva, 2009, p.144).

2.1.5 Objetivo da Socialização dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

É muito ampla a gama de objetivos que toda a humanidade tem para a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais. “A inclusão tem por base o conceito de justiça social” (CASTRO *et al*, 2018, p.95).

O efeito de os alunos com necessidades educacionais especiais passarem a frequentar as escolas foi de os educadores necessitarem de maior formação específica para atender a esse público e ao pública já existente que frequentavam as escolas. De acordo com TESSARO *et al* (2005), a visão dos alunos sem necessidades educacionais especiais com relação a inclusão escolar revelaram que a maioria dos participantes demonstrou credibilidade à inclusão escolar, apontando várias dificuldades envolvidas nesse processo, destacando-se a discriminação social.

“Hoje há muitas leis e decretos implantados que visam garantir os direitos e necessidades das pessoas com deficiência” (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.175).

Como pode-se ver, a história das pessoas com deficiência durante o passar dos anos não foi fácil e a humanidade nos últimos séculos tem feito com que cada vez mais aja a socialização e aceitação desse público através de leis, incentivos e criação de instituições voltadas para eles.

Conhecer a história das deficiências é o eixo central para a história da inclusão, pois tem como objetivo acompanhar as trajetórias da medicina e da pedagogia que permitiram que as pessoas com necessidades especiais superassem um processo de exclusão de séculos, conquistando novos espaços sociais e educacionais, apesar dos preconceitos construídos e herdados ao longo dessa trajetória, que até hoje ainda se constituem como barreiras e limitações para o seu desenvolvimento (BRANDENBURG; LUKMEIER, 2013, p.175).

Segundo Castro *et al* (2018), a promulgação da Convenção Ibero-americana pelo Decreto N° 3.956, de 8 de outubro de 2001, tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração na sociedade, buscando assim a consolidação da tão desejada sociedade para todos.

A educação especial é um dos principais e mais importante método de inclusão e que muitos países adotaram. “A educação especial visa ampliar a possibilidade de uma criança com deficiência se enquadrar no meio escolar, podendo, assim, desenvolver e aprimorar sua capacidade física, cognitiva e de interação social” (CASTRO *et al*, 2018, p.95).

Com o objetivo de melhorar a vida de todas as pessoas e buscando uma sociedade cada vez mais democrática e para todos, a inclusão se faz necessária, pois

somente assim poderemos verdadeiramente alcançar a justiça e igualdade para uma sociedade justa.

2.2. Metodologia

A pesquisa foi do tipo revisão bibliográfica, onde o trabalho buscou analisar os textos e materiais disponíveis sobre a inclusão de alunos especiais nas escolas, mostrando um pouco da história desse público, e como está acontecendo essa inclusão ao longo da história.

Esse trabalho pretende analisar os alunos principalmente da rede de ensino nacional e regional mostrando a realidade da inclusão e como a escola recebe os alunos com alguma necessidade educacional especial, bem como a estrutura que a escola tem para recebê-los.

O trabalho mostra artigos científicos, leis e diretrizes, declarações nacionais e internacionais, publicações, instruções normativas, decretos, pesquisas científicas e publicações para fundamentar suas teorias.

Os dados foram pesquisados e procurados principalmente na internet (abordando textos, vídeos e mídias), livros e revistas.

Existem diferentes métodos e estratégias para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, em seu trabalho, Melo e Coutinho (2020), apresentam algumas estratégias ressaltando a importância das atividades lúdicas e que usar jogos como recurso didático é benéfico para o desenvolvimento do aluno uma vez que, de acordo com os autores:

Estimula o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, moral, físico e linguístico, como trabalha a autoestima, o autocontrole, a cooperação, a imaginação, promovendo a integração e a inclusão; proporcionando também aprendizagens curriculares específicas, desenvolvendo assim as funções mentais superiores prejudicadas (MELO; COUTINHO, 2020, p.7)

Sobre a capacitação dos profissionais que atuam com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, “a maioria das escolas investigadas não têm um projeto específico de inclusão, o que parece acarretar dificuldades como rigidez curricular, metodológica e avaliativa, bem como falta de esclarecimento sobre as necessidades educacionais especiais” (KAFROUNI; PAN, 2001, p.1).

Melo e Coutinho (2020) afirmam que é fundamental que os professores que vão lecionar e lidando com a educação inclusiva tenham formação específica, usem atividades com aprendizagem cooperativa estimulando a aprendizagem de todos os alunos. Os autores dizem que todos os membros da equipe escolar devem se unir para que aja realmente a inclusão educacional dos alunos.

A equipe escolar é a que vai possibilitar o melhor ambiente para o recebimento e inclusão dos alunos especiais nas escolas e montar a partir da particularidade de cada aluno, um plano de ensino eficiente. “A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular depende da preparação da comunidade escolar para promover a participação de todos os alunos” (BRIANT; OLIVER, 2012, p.141).

Na pesquisa que foi feita por Melo e Coutinho (2020), no questionário respondidos por professores que atuam com a inclusão escolar, observou-se que os docentes deram maior destaque para a presença dos alunos com deficiência em sala

de aula dividindo o mesmo espaço com os demais sendo esse o principal aspecto de conceito de inclusão, porém não somente isso, para a inclusão são necessárias, práticas que favoreçam relações significativas que se identifiquem com a aprendizagem.

Outra pesquisa sobre estratégias para a inclusão mostra que “Os entrevistados utilizavam estratégias gerais como aula expositiva, debates, e específicas como: avaliação dos alunos, adaptação do material, atividades em duplas, parceria com o professor da sala de apoio e acompanhamento à inclusão” (BRIANT: OLIVER, 2012, p.141).

O método Montessori, de acordo com Silvestrin (2012), é um método de ensino onde o educador não é a figura central no processo de ensino/aprendizagem, mas sim um observador, auxiliando a aprendizagem e facilitando a cooperação. Na pesquisa da autora o método Montessori:

Apresenta aspectos que estão em sintonia com a proposta da educação inclusiva e que são utilizados ainda hoje nas escolas montessorianas, tais como: o respeito à individualidade dos alunos; o desenvolvimento da autonomia; o educador como mediador do conhecimento e não como figura central no processo de ensino-aprendizagem; o acompanhamento diário do processo de aprendizagem dos alunos através do registro de observações em sala de aula; o planejamento de aulas e atividades com base nesses registros tendo em vista as necessidades dos educandos (SILVESTRIN, 2012, p.05).

Pode-se notar que o método Montessori não impossibilita a inclusão, ao contrário, apresenta aspectos positivos e que favorecem a inclusão.

É importante que os alunos especiais recebam educação de qualidade, pois a educação para esse público é diferenciada e suas habilidades e conhecimentos tem que ser estimuladas de maneira específica. A Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 em seu Art. 59º, Incisos I, II, III, IV e V assegura a educação adequada para os educandos com deficiência, tratando sobre questões de currículo adaptado e atividades específicas para atender as necessidades, terminalidade específica para os alunos que necessitem, profissionais capacitados para um atendimento especializado, inserção no mercado de trabalho e igualdade nos benefícios de programas sociais.

Por tanto há a necessidade de os profissionais terem capacitação para lecionar para os alunos e que esses profissionais visem a inclusão social.

De acordo com o que pudemos ver, as estratégias mais mencionadas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, de acordo com os autores supracitados são:

- Atividades Lúdicas/Jogos;
- Formação específica/adequada;
- Aprendizagem cooperativa e atividades em dupla;
- União de diferentes profissionais, familiares e da comunidade escolar;
- Presença/interação dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula;
- Práticas que favoreçam relações significativas;
- Aula expositiva;
- Debates;

- Avaliação dos alunos;
- Material adaptado.

Necessita-se de espaço escolar adequado para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam desenvolver sem maiores problemas suas habilidades motoras e tenham facilidade de circulação.

De acordo com Castro *et al* (2018), algumas escolas têm falta de infraestrutura para suprir a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais. O trabalho das autoras mostra que a maior falta de adaptação para a locomoção física é no banheiro, onde a maioria das escolas pesquisadas não tem banheiros com espelhos inclinados, altura ideal da pia e da saboneteira, mobiliário adequado, piso antiderrapante, vaso sanitário adaptado com barras de segurança. Há também a falta de infraestrutura em outros setores das escolas pesquisadas pelas autoras como, corrimão e rampas.

É possível notar a importância da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e os desafios que esses alunos têm que passar junto com os educadores e familiares para assim alcançar seus direitos, mesmo esse direito sendo previsto e assegurado e incentivado por Leis, declarações, órgãos públicos e assistencialista.

3.CONCLUSÃO

Os métodos utilizados pelos educadores para a inclusão de alunos especiais são aulas usando o lúdico, fazendo a avaliação individual de cada aluno, fazendo-os trabalharem em conjunto uns com os outros e isso é possível quando o educador quer a inclusão.

O objetivo da inclusão no ambiente escolar é mais amplamente explorado quando o educador tem capacitação para este fim, assim o educador vai conhecer alguns métodos e estratégias para trabalhar com a inclusão e o desenvolvimento do educando. Foi possível ver alguns desses métodos neste trabalho. Usar atividades lúdicas de maneiras adaptadas, jogos, cooperativismo entre os alunos são citadas como forma de inclusão.

Observa-se a grande necessidade da formação do professor para lidar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e que ainda não são todos os profissionais que têm essa formação específica.

As escolas enfrentam alguns problemas para a realização das estratégias para a inclusão como a falta de infraestrutura para os alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente aqueles que apresentam deficiências físicas.

Pode-se perceber nesse trabalho que as escolas não atendem em sua totalidade as normas de estrutura tais como o uso de rampas e corrimão, e banheiros adequados, impossibilitando assim que algumas barreiras das deficiências físicas sejam quebradas.

Atualmente com as Leis, diretrizes e acordos firmados para a inclusão e reconhecimento dos alunos com deficiência, é possível visualizar um horizonte onde a pessoa com deficiência não esteja desamparada e consiga capacitação para o mercado de trabalho sendo assim incluído por completo na sociedade.

Este trabalho foi uma revisão bibliográfica de trabalhos científicos, Leis e documentos que contêm informações relevantes para o tema de inclusão de alunos especiais. Foi mostrado neste trabalho diferentes métodos que os educadores podem usar para melhorar a inclusão dos alunos especiais nas salas de aula e abre

oportunidade para que uma pesquisa de campo seja feita através de questionários, diálogos, entrevistas e/ou formulários.

4. REFERÊNCIAS

BERNARDI, E. S. (2004). **Inclusão escolar**: opinião de pais de crianças sem necessidades educacionais especiais. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LUCKMEIER, Cristina. A HISTÓRIA DA INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. *In*: CONGRESSO ESTADUAL DE TEOLOGIA. 2013. 1 ed. Anais [...] São Leopoldo: EST, 2013, p. 175-186.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.611, de 16 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, 18 de novembro de 2011, ano 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 1 out. 2021.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 141-154, Jan-Mar 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/yCKYPwRPkTPPNQdGrvQZtBz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUE, Antônio Luiz. A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA: A INSERÇÃO NO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **O&S**, v. 14, n. 41, Abril/Junho 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10881/7827>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.29, n.2, p. 244-257, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2021.

CASTRO, Gisélia Gonçalves de *et al.* Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria - RS, v. 31, n. 60, p. 93-105, Janeiro-Março 2018. Universidade Federal de Santa Maria.

GREGUOL, M. **Natação adaptada**: em busca do movimento com autonomia. São Paulo: Manole. 2010.

KAFROUNI, Roberta; PAN, Mirian Aparecida Graciano de Souza. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E OS IMPASSES FRENTE À CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO. **interAÇÃO**, Curitiba, v. 5, p. 31-46, 2001.

LOPES, Silmara Aparecida. Considerações sobre a terminologia Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria - RS, v. 27, n. 50, p. 737-750, Set/Dez 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13355>. Acesso em: 20 out. 2021.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MELO, Josefa Gomes dos Santos; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Educação infantil: Métodos e estratégias para inclusão. **ESPACIOS**, v. 41, n. 18, 4 p, 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 01 nov. 2021.

NETO, Antenor de Oliveira Silva *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, Jan-Mar 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313154906008/313154906008.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SILVA, Maria Odete Emygdio. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, p. 135-153, 23 junho 2009. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/1760/1/Silva.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SILVESTRIN, Patrícia. **Método Montessori e inclusão escolar**: articulações possíveis. Porto Alegre, f. 44, 2012, p. 1-44 Monografia (curso de especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/69876>. Acesso em: 5 nov. 2021.

TESSARO, Nilza Sanches *et al.* INCLUSÃO ESCOLAR: VISÃO DE ALUNOS SEM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá - PR, v. 9, n. 1, p. 105-115, 2005.